



# INVENTÁRIO

do FUNDO JUNTA DE PARÓQUIA  
DE SANTA MARIA DE BELÉM

*... do Livro e Livro de Belém e Presidente e Membro da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, e se desse...  
... a fim de se fazer a inventariação das Actas que...  
... e se desse...  
... principio da sua escripturação pelo presente Auto de abertura, em...  
... cumprimento do Artigo 54 do Decreto de 6 de Julho de 1836, fazerem...  
... e se desse...  
... não noventa e oito folhas, as quaes passou o mesmo Presidente a re...  
... riar, tudo em virtude do citado Artigo, e se encerrou o presente...  
... que Eu Eduardo Candido Sobral como Membro da Junta de Paróquia...  
... Membro da Junta e na falta de Secreto. o Subrosario e Affirmação...  
... ra ut. Supra*

*Eduardo Candido Sobral*

*O Presidente*

*Vicente Schiappa Pietra.*

*Manoel Alves Bateiro*

*João Baptista de Souza*

*Francisco Ferreira*

*Jose Vicente Cordas*

*Jose Antonio Jose M. Gomes*



**LISBOA**  
CÂMARA MUNICIPAL

arquivo municipal de lisboa

## **FICHA TÉCNICA**

### **PROPRIEDADE:**

Câmara Municipal de Lisboa  
Pelouro de Cultura  
Direção Municipal de Cultura  
Departamento de Património Cultural  
Divisão de Arquivo Municipal

### **DIREÇÃO:**

Helena Neves

### **COORDENAÇÃO:**

Rui Paixão

### **REVISÃO E EDIÇÃO:**

Rui Paixão

### **TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO:**

Ana Albuquerque

### **DESIGN GRÁFICO:**

Marília Afonso Maranhas

### **VERSÃO:**

1.1

### **DATA:**

2023



# INVENTÁRIO

do FUNDO JUNTA DE PARÓQUIA  
DE SANTA MARIA DE BELÉM

---



**LISBOA**  
CÂMARA MUNICIPAL

arquivomunicipal de lisboa



**ÍNDICE**

NOTA INTRODUTÓRIA .....	6
INVENTÁRIO DE SÉRIES .....	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	6
FUNDO JUNTA DE PARÓQUIA DE SANTA MARIA DE BELÉM .....	7
Quadro de Classificação Documental	
F JPSMB – Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém .....	8
SC SECR – Secretaria .....	14
SR 001 – Atas .....	16
SR 002 – Registo de correspondência expedida .....	17
SR 003 – Registo de correspondência recebida e expedida .....	18
SR 004 – Registo dos resumos dos ofícios recebidos .....	19
SR 005 – Registo de arrolamento das pessoas residentes .....	20
SR 006 – Registo de recenseamento de crianças .....	21
SC TESO – Tesouraria .....	22
SR 001 – Registos de caixa .....	24
SR 002 – Contas de receitas e despesas .....	25
SR 003 – Registo de orçamento .....	26
SR 004 – Registo de receita e despesa .....	27
SR 005 – Inventário .....	28

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Arquivo Municipal de Lisboa tem como missão recolher, guardar, tratar, preservar e divulgar a documentação relativa à memória da cidade, bem como promover a gestão integrada da informação produzida pela Câmara Municipal de Lisboa. Tratando-se do arquivo da cidade capital de Portugal, constitui um dos maiores e mais antigos arquivos do país, sendo detentor de um vasto acervo documental, desde o século XIII até à atualidade, composto por fundos e coleções de proveniência diversa, contando com documentação de natureza gráfica e textual, cartográfica e arquitetónica, fotográfica e videográfica, de grande importância para o estudo da cidade e do país. Seguindo uma estratégia orientada para a divulgação e comunicação do seu vasto acervo, o Arquivo Municipal de Lisboa considerou essencial desenvolver e disponibilizar instrumentos de descrição documental adequados, para pesquisa e acesso à informação, adotando uma metodologia que obedece às normas internacionais de descrição de documentação de arquivo, designadamente, a ISAD (G). Nesse sentido, no seguimento da elaboração do guia de fundos, sucede-se o desenvolvimento de instrumentos complementares, nomeadamente, os inventários e os catálogos, com a descrição arquivística detalhada dos respetivos fundos documentais.

## INVENTÁRIO DE SÉRIES

O presente inventário refere-se ao fundo Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém e compreende os registos descritivos normalizados deste conjunto documental, desde o nível geral (fundo) até aos níveis intermédios (séries), tendo como objetivo divulgar o acervo relativo a esta entidade. Assim, o trabalho realizado sobre este fundo apresenta-se fundamental sob duas perspetivas: por um lado, para a consolidação do conhecimento sobre o papel das juntas de paróquia em Portugal, surgidas no quadro legal do liberalismo, com competências administrativas; por outro, para a caracterização da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, nomeadamente, o seu contexto político e sociodemográfico, bem como a sua estrutura de organização e funcionamento, que se regeu, sobretudo, pelo Decreto n.º 25, de 26 de novembro de 1830, pela Lei de 25 de abril de 1835, e pelos Códigos Administrativos de 1832, 1836, 1842, 1878 e 1895. O fundo Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém é constituído, designadamente, por documentos relativos à atividade da Secretaria (atas, registos de correspondência e de ofícios, recenseamento de residentes e de crianças) e da Tesouraria (registos de caixa, contas de receita e de despesa, registos de orçamento, administração de bens).

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMLSB = Arquivo Municipal de Lisboa

F = fundo

ISAD (G) = Norma geral internacional de descrição arquivística

JPSMB = Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém

m.l. = metro(s) linear(es)

PT = Portugal

SC = secção

SR = série

## FUNDO JUNTA DE PARÓQUIA DE SANTA MARIA DE BELÉM

### > Quadro de Classificação Documental

A estrutura abaixo representa o [quadro de classificação documental](#) do fundo (F) Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, organizado em secções (SC), de acordo com critérios orgânicos e funcionais, constituídas por séries (SR).

#### F JPSMB – JUNTA DE PARÓQUIA DE SANTA MARIA DE BELÉM

##### SC SECR – Secretaria

SR 001 – Atas

SR 002 – Registo de correspondência expedida

SR 003 – Registo de correspondência recebida e expedida

SR 004 – Registo dos resumos dos ofícios recebidos

SR 005 – Registo de arrolamento das pessoas residentes

SR 006 – Registo de recenseamento de crianças

##### SC TESO – Tesouraria

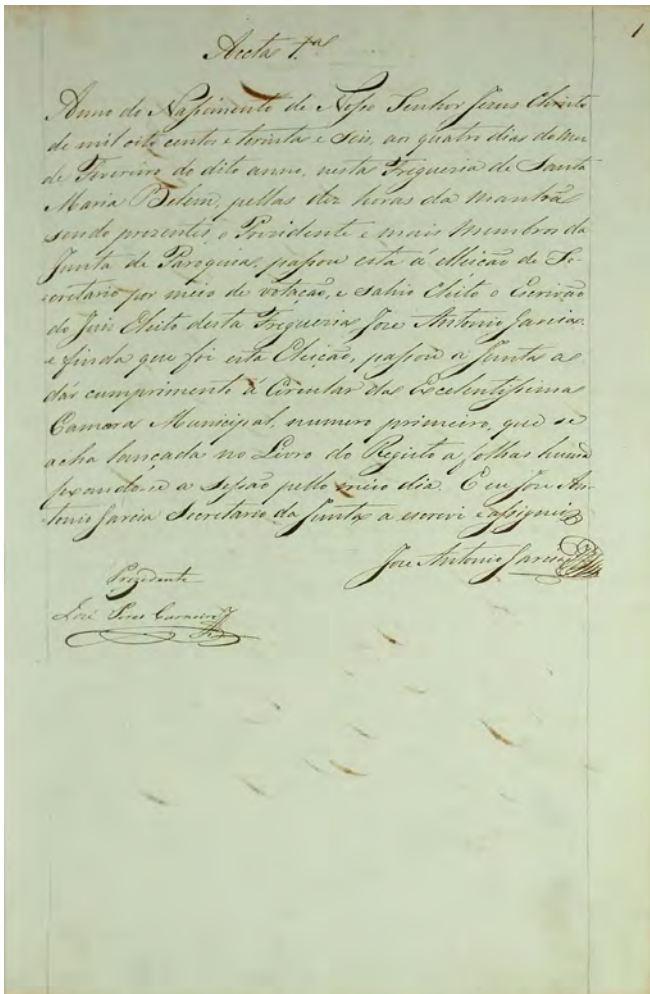
SR 001 – Registos de caixa

SR 002 – Contas de receitas e despesas

SR 003 – Registo de orçamento

SR 004 – Registo de receita e despesa

SR 005 – Inventário

**F JPSMB – JUNTA DE PARÓQUIA DE SANTA MARIA DE BELÉM**PT/AMLSB/JPSMB/SECR/001/01  
Livro de registo de atas**> Código de referência**

PT/AMLSB/JPSMB

**> Título**

Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém

**> Data(s)**

1836-1916

**> Nível de descrição**

Fundo

**> Dimensão e suporte**

Dimensão: 1 caixa, 26 livros, 1 caderno, 1 pasta (1 m.l.)

Suporte: Papel (comum)



**> Nome(s) do(s) produtor(es)**

Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém. 1835-1916

**> História administrativa/biográfica**

Em 1830, o Governo da Regência estabeleceu, pelo Decreto n.º 25, de 26 de novembro, a criação de juntas de paróquia para administrar as freguesias. O termo junta de paróquia deriva das freguesias religiosas, estando relacionado com os limites territoriais, sendo considerada como a mais pequena parcela da administração pública da época contemporânea. A paróquia do Bairro de Belém, instituída pelo Decreto de 28 de dezembro de 1833, foi a primeira a surgir no quadro legal do liberalismo, sendo estabelecida a Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, pelo Decreto de 18 de julho de 1835, estando instalada na igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Em termos de organização e funcionamento, regeu-se, sobretudo, pelas orientações do Decreto n.º 25, de 26 de novembro de 1830, pela Constituição da Monarquia Portuguesa de 1836, pela Reforma Administrativa de 1832 e pelos Códigos Administrativos de 1836 e de 1842. O período de vigência da junta de paróquia foi marcado por grande instabilidade política, pelo que se verificaram constantes alterações legislativas e administrativas. A constituição deste órgão administrativo estava dependente do número de fogos, sendo que: para menos de 200, era composta por três membros; entre 200 e 600, por cinco membros; acima de 600, por sete membros. Relativamente ao número de fogos da paróquia do Bairro de Belém e do território destacado da freguesia da Ajuda, somavam, segundo o Decreto de 28 de junho de 1833, 3900 fogos, sendo que, em 1840, data do primeiro censo, Belém assinalava um total de 1545 fogos e 7700 habitantes, o que pressupunha ser composta por sete membros. Aquando da instalação da junta de paróquia, passaram a ser nomeados, por pluralidade de votos, um Secretário, que assumia o cargo de Escrivão, e um Tesoureiro, para gerir os dinheiros. Em 1835, com a Reforma de Rodrigues da Fonseca, a Lei de 25 de abril delegou a governação das paróquias a um Comissário. Em 1836, com o Decreto de 6 de novembro, esta designação foi alterada para Regedor de paróquia. O Código Administrativo desse ano introduziu também outras alterações, nomeadamente, a exclusão da organização administrativa das competências da junta de paróquia, passando esta apenas a administrar a fábrica da igreja e os bens comuns da freguesia (os seus bens e rendimentos, os bens doados para despesas de culto ou obras pias, e os bens das irmandades e capelas dependentes da igreja paroquial), bem como as práticas de beneficência e piedade, mantendo-se assim durante 36 anos. Mais tarde, a Carta de Lei de 29 de outubro de 1840 alterou a constituição das juntas de paróquia para: três membros (o Pároco, um Secretário e um Tesoureiro), nas freguesias com menos de 500 fogos; cinco membros, nas situações que excedessem este número. Esta mesma Carta de Lei estabeleceu que o cargo de Presidente pertencia ao Pároco, sendo o Secretário e o Tesoureiro nomeados pelos membros da junta, da qual faziam ainda parte, o Escrivão e o Regedor da paróquia, que não pertencia ao quadro dos magistrados administrativos, mas exercia as suas funções por delegação do Administrador de Concelho. O cargo de Regedor era proposto pelos Administradores dos Concelhos e nomeado pelos Administradores Gerais, para mandatos anuais, a quem competia a execução das deliberações da junta de paróquia, bem como informar os Administradores dos Concelhos das mesmas (art.º 15). Tal como no Decreto n.º 25, de 26 de novembro de 1830, que determinou o Secretário como escrivão do Regedor, a Carta de Lei de 1840 não estabeleceu incompatibilidades entre as duas funções. O Código Administrativo de 1842 não introduziu alterações à forma de nomeação do Regedor, tendo apenas aumentado as suas competências, de forma a incluir as seguintes tarefas: dar parte ao Administrador do Concelho das faltas e irregularidades que a junta de paróquia cometesse, bem como dos factos criminosos; supervisionar a execução das providências policiais relativas aos cemitérios da paróquia; desobstruir as ruas e caminhos; abrir os testamentos de acordo com as disposições do Código Civil; auxiliar na nomeação dos cabos de polícia, propondo ao Administrador. Ao longo do século XX, as funções de Regedor não sofreram alterações relevantes, como comprova o Código Administrativo de 1940 (art.º 277). No âmbito das competências da junta de paróquia, o Código Administrativo de 1842, o de maior longevidade do período liberal, reiterou a sua exclusão da organização administrativa

portuguesa, mantendo a sua constituição e as suas competências, nomeadamente, a administração da fábrica da igreja, tendo estipulado também atribuições relativamente à extinção da mendicidade, à fiscalização, à criação dos expostos entregues a amas, ao levantamento dos necessitados de auxílio público e à promoção e prestação de socorros. As dificuldades financeiras existentes na época e a ineficiência mostrada pelo Código Administrativo vigente, apressaram uma nova reforma administrativa, ainda em 1867, aprovada pela Lei da Administração Civil, de 26 junho de 1867, sendo a divisão administrativa publicada em mapa anexo ao Decreto de 10 de dezembro de 1867. Esta reforma previa a criação da paróquia civil, cujo objetivo principal consistia na gestão dos interesses coletivos das populações, não obstante, mantendo também funções de âmbito eclesiástico. Tinha na sua administração o Administrador da paróquia, que presidia ao Conselho Paroquial e acumulava funções executivas e fiscais. A escolha do Administrador da paróquia era feita pelo Governo, de entre os cinco membros do Conselho Paroquial, sendo remunerado através de uma gratificação anual, para além dos emolumentos previstos na Lei da Administração Civil de 1867 [secção III, p.15, art.º 48]. Este conselho era eleito de dois em dois anos, pela população residente na paróquia, e era formado por cidadãos elegíveis, que exerciam as suas funções de forma gratuita. Existiam também o Tesoureiro e o Secretário (que era o escrivão do Conselho Paroquial), que não integravam o Conselho Paroquial, mas eram nomeados por este, e remunerados. Todavia, ao Pároco, cabia-lhe a participação apenas em assuntos do foro religioso. Esta Reforma Administrativa de 1867, apresentou maior autonomia e descentralização, contudo, não chegou a ser implementada, devido à revolta da Janeirinha, que deu origem a um novo Governo. Desta forma, voltou a vigorar a Carta de Lei de 29 de outubro de 1840. Pelo Código Administrativo de 1870, foram extintas as juntas de paróquia, mas apenas durante cinco meses. Este Código seguiu os mesmos pressupostos do Código Administrativo de 1836, como a eleição do Presidente, feita através do escrutínio secreto e da pluralidade absoluta de votos. Porém, em 1872, Rodrigues Sampaio restaurou o conteúdo do Código Administrativo de 1842, em que o Pároco era o Presidente e vogal nato. O Código Administrativo de 1874 alterou as competências da junta de paróquia, incluindo novamente a organização administrativa nas suas atribuições. Mais tarde, o Código Administrativo de 1878 consolidou esta alteração, com a freguesia a adquirir o estatuto de autarquia local e, por conseguinte, de entidade administrativa, mas mantendo a ligação à igreja. Ao longo dos códigos administrativos que se seguiram, as juntas de paróquia foram ganhando mais algumas atribuições, no entanto, mantiveram-se sempre na dependência do poder central. Em 1895, ficou estabelecido, pela primeira vez, que o Tesoureiro e o Secretário seriam escolhidos entre os vogais da mesa. No ano de 1896, o Código Administrativo manteve a atribuição referenciada no Código Administrativo de 1842, na figura da Presidência da junta de paróquia. O Código Administrativo de 1900 manteve a junta de paróquia como corpo administrativo, no entanto, criou um conselho para administrar a fábrica da igreja, no qual o Pároco era o Presidente e vogal nato. Apenas depois da instauração da República, em 1910, as juntas de paróquia se tornaram independentes da parte eclesiástica. Com a Lei n.º 88, de 17 de agosto de 1913, foram criadas as paróquias civis, distintas das paróquias eclesiásticas, apesar de partilharem o mesmo território. A Lei n.º 621, de 23 de junho de 1916, extinguiu a designação junta de paróquia, alterando para junta de freguesia, cujas componentes políticas e administrativas se mantiveram praticamente inalteradas até à atualidade.

### > História custodial e arquivística

Com a instituição da Lei n.º 621, de 23 de junho de 1916, o acervo documental da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém permaneceu na freguesia de Belém, evidência de que o processo legislativo não trouxe apenas uma mudança de designação, tendo sido cedido, a título de depósito, na década de 1990, ao Arquivo Municipal de Lisboa, cuja localização do protocolo de transferência se desconhece.

**> Fonte imediata de aquisição ou transferência**

Depósito

**> Âmbito e conteúdo**

Documentação produzida entre 1836 e 1916, que reflete a atividade administrativa da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, nomeadamente, nas áreas de secretaria e tesouraria. Contém livros de atas, correspondência, arrolamento de residentes, ensino, operações relativas a receita e despesa, orçamentos paroquiais e administração de bens.

**> Ingresso(s) adicional(ais)**

Trata-se de um fundo fechado. Não estão previstos ingressos adicionais.

**> Sistema de organização**

Organização: Orgânica

Ordenação: Funcional

**> Condições de acesso**

Acesso condicionado: estado de conservação, com comunicabilidade em suporte alternativo.

**> Condições de reprodução**

Reprodução permitida: direitos reservados para efeitos de publicação, exposição e utilização comercial.

**> Idioma(s) e escrita(s)**

Português

**> Características físicas e requisitos técnicos**

Documentação em bom e razoável estado de conservação.

**> Instrumentos de descrição**

Inventário

**> Existência e localização de cópias**

Documentação reproduzida no Arquivo Municipal de Lisboa em suporte digital e microfilme.

**> Unidades de descrição relacionadas (na entidade detentora)**

Código de referência: PT/AMLSB/CMBLM

Título: Câmara Municipal de Belém

Código de referência: PT/AMLSB/JFSMB  
 Título: Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém

Código de referência: PT/AMLSB/MSMB  
 Título: Mosteiro de Santa Maria de Belém

#### > Unidades de descrição relacionadas [noutras entidades detentoras]

Título: Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Paróquia de Santa Maria de Belém  
 Internet: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4817445>

Título: Registos paroquiais portugueses para genealogia: Santa Maria de Belém  
 Internet: <https://tombo.pt/f/lsb32>

#### > Fontes e bibliografia

ABREU, Maria Teresa – *Contextos históricos de temporalidade longa visitados em breve espaço ou a zona turística de Belém* [Em linha]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2013. Disponível em WWW: <URL:<https://run.unl.pt/handle/10362/12017>>. Dissertação de mestrado.

ALBUQUERQUE, Ana Maria – *A Junta da Paróquia de Santa Maria de Belém (1835-1916): estudo orgânico-funcional e inventário* [Em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, 2020. Disponível em WWW: <URL:<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/44422>>. Dissertação de mestrado.

ALVES, Ivone [et al.] – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação, 1993. ISBN 978-972-565-146-9.

AMARAL, Freitas – *Curso de Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina, 1986.

ARAÚJO, César – *O arquivo da Junta de Freguesia: do sistema de informação à memória social. O caso da Junta de Freguesia do Muro, concelho da Trofa (1870-1998)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018. Dissertação de mestrado.

BELLOTTO, Heloísa – *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4.<sup>a</sup> ed. Brasil: Editora FGV, 2006. ISBN 85-225-0474-1.

Carta de Lei de 25 de Abril de 1835 [Em linha]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1806.pdf>>.

Código Administrativo Português de 1836 [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1814.pdf>>.

Código Administrativo Português de 1842 [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842. Disponível em WWW: <URL:<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1123.pdf>>.

Código Administrativo, aprovado por Decreto de 21 de Julho de 1870 [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870. Disponível em WWW: <URL:<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1126.pdf>>.

Código Administrativo, aprovado por Carta de Lei de 6 de Maio de 1878 [Em linha]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/3700.pdf>>.

Código Administrativo Português, aprovado por Decreto de 17 de Julho de 1886 [Em linha]. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892. Disponível em WWW: <URL: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1176.pdf>>.

CONSIGLIERI, Carlos; RIBEIRO, Fernanda – *Pelas freguesias de Lisboa*. [S.l.]: Imprensa Municipal, 1996.

Decreto de 18 de Julho de 1835 [Em linha]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7520.pdf>>.

FERNANDES, Jorge – *A contenda entre o poder central e a sociedade: a reforma administrativa de 1867 no desabrochar do movimento da «Janeirinha»* [Em linha]. [S.l.]: Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais, 2012. Disponível em WWW: <URL:<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23364>>. Dissertação de mestrado.

FREITAS, Eduardo; CALADO, Maria; FERREIRA, Vitor – *Lisboa: freguesia de Belém. Guias contexto: freguesias de Lisboa*. 1.ª ed. Lisboa: Contexto, 1993.

GOMES, Eduardo – *A administração local na Monarquia Constitucional: o papel da freguesia e do pároco (1834-1910)*. [S.l.]: Universidade do Minho - Instituto de Ciências Sociais, 2012. Dissertação de Mestrado.

Lei de Administração Civil de 1867 [Em linha]. Porto: Tipografia do Jornal do Porto, 1867. Disponível em WWW: <URL:<https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1839.pdf>>.

LISBOA. Câmara Municipal. Arquivo – Inventários do Arquivo Municipal de Lisboa: Serviço de Instrução Municipal: 1873-1926. Lisboa: Câmara Municipal, 1999. ISBN 972-8517-02-05

MANIQUE, António – *Poder municipal ou poder administrativo? Um conflito entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Governo (1834-1835)*. Cadernos do Arquivo Municipal. Lisboa. ISSN 2183-3176. N.º 2 (2014) p. 243- 269.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva – *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 85-224-3397-6.

MARQUES, Suzete Lemos – *A organização arquivística: o fundo Administração do Concelho de Torres Vedras*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras, 2009. Dissertação de mestrado.

## > Notas

Fundo com tratamento arquivístico concluído.

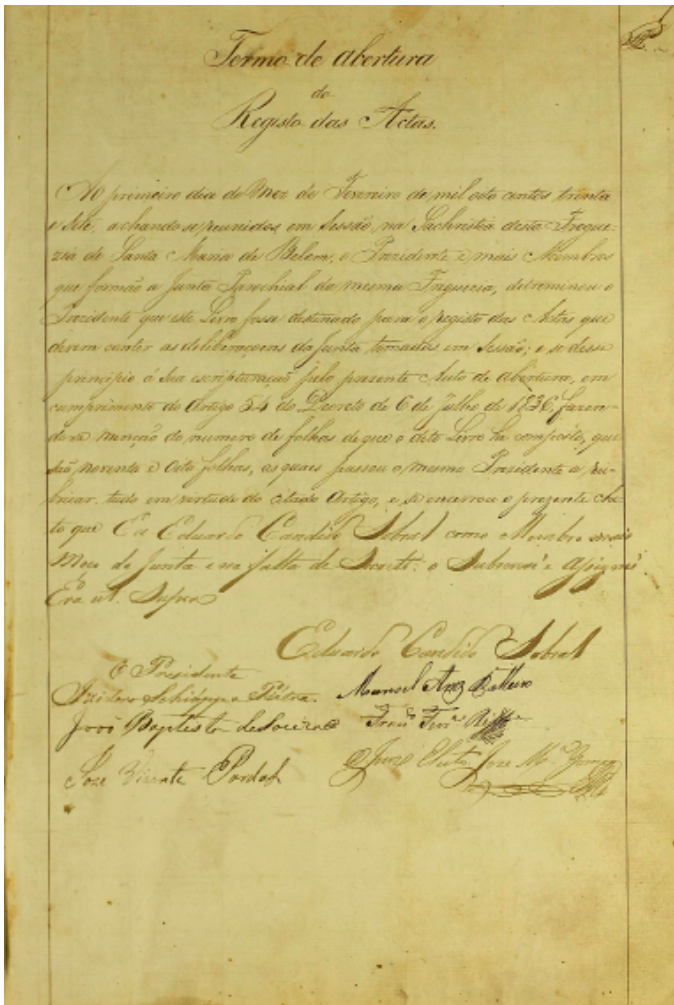
O título do fundo foi atribuído no seguimento da análise da documentação, tendo em consideração a designação formal e atribuída, de forma geral, à entidade produtora. A organização do fundo assenta num critério orgânico-funcional, em função dos processos administrativos referentes às competências da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém. A estrutura classificativa do Arquivo Municipal de Lisboa não prevê a existência de subníveis, pelo que não foram incluídas subsecções constantes em estudos referentes à entidade produtora.

## > Regra[s] ou convenção[ões]

ISAD (G) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adotada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de setembro de 1999*. Ottawa: Conselho Internacional de Arquivos, 2000.

NP 405-1:1994 – *Informação e Documentação. Referências bibliográficas: documentos impressos: Comissão Técnica 7*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade, 1994.

ODA – *Orientações para a Descrição Arquivística: Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo*. Lisboa: Direção-Geral de Arquivos, 2011.

**SC SECR – SECRETARIA**PT/AMLSB/JPSMB/SECR/001/02  
Livro de registo de atas**> Código de referência**

PT/AMLSB/JPSMB/SECR

**> Título**

Secretaria

**> Data(s)**

1836-1916

**> Nível de descrição**

Secção

**> Dimensão e suporte**

Dimensão: 17 livros, 1 caderno

Suporte: Papel (comum)

**> Âmbito e conteúdo**

Documentação produzida entre 1836 e 1916, no âmbito da atividade da Secretaria e das competências do Secretário da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém. Competia ao Secretário da Junta, que também era o escrivão do Regedor da Paróquia: assistir às sessões da Junta de Paróquia, sem direito a voto; lavrar a ata e preparar as cópias, que deveriam ser remetidas ao Administrador; fazer o inventário dos bens e rendimentos da Junta de Paróquia; lançar a receita e a despesa do Tesoureiro no livro competente; escrever a correspondência da Junta com outras autoridades; escrever os mandados, editais, anúncios; e fazer toda a escritura do serviço da Junta de Paróquia. Como escrivão do Regedor, desempenhava as funções que este o incumbisse, dentro das suas obrigações. Contém séries referentes a: atas; registo de correspondência expedida; registo de correspondência recebida e expedida; registo dos resumos dos ofícios recebidos; registo de arrolamento das pessoas residentes; registo de recenseamento de crianças.

**> Sistema de organização**

Organização: Funcional

Ordenação: Temática; Tipológica

**> Idioma(s) e escrita(s)**

Português

**> Características físicas e requisitos técnicos**

Documentação em bom e razoável estado de conservação.

**> Notas**

Secção com tratamento arquivístico concluído.

## SR 001 – ATAS

### > Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/SECR/001

### > Título

Atas

### > Data(s)

1836-1916

### > Nível de descrição

Série

### > Dimensão e suporte

Dimensão: 7 livros

Suporte: Papel (comum)

### > Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1836 e 1916, contendo as atas das sessões e o registo das deliberações tomadas pela Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém.

### > Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica

### > Idioma(s) e escrita(s)

Português

### > Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom e razoável estado de conservação.

### > Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).



## SR 002 – REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

### > Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/SECR/002

### > Título

Registo de correspondência expedida

### > Data(s)

1836-1916

### > Nível de descrição

Série

### > Dimensão e suporte

Dimensão: 3 livros, 1 caderno

Suporte: Papel [comum]

### > Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1836 e 1916, contendo o registo geral de correspondência expedida pela Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém para várias entidades.

### > Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica

### > Idioma(s) e escrita(s)

Português

### > Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom e razoável estado de conservação.

### > Notas

Série com tratamento arquivístico concluído [ao nível de unidade de instalação].

## SR 003 – REGISTO DE CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA

### > Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/SECR/003

### > Título

Registo de correspondência recebida e expedida

### > Data(s)

1880-1899

### > Nível de descrição

Série

### > Dimensão e suporte

Dimensão: 2 livros

Suporte: Papel (comum)

### > Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1880 e 1899, contendo o registo de correspondência recebida e expedida entre a Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém e a Câmara de Municipal de Lisboa, e outras entidades, sob a forma de circulares e ofícios, relacionados com pedidos de obras de conservação do Mosteiro dos Jerónimos, reparação e manutenção de edifícios escolares, doações de livros aos mais necessitados, envio de mapas de receitas e despesas, denúncias, concursos, nomeações, entre outros assuntos.

### > Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica

### > Idioma(s) e escrita(s)

Português

### > Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

### > Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).

## SR 004 – REGISTO DOS RESUMOS DOS OFÍCIOS RECEBIDOS

### > Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/SECR/004

### > Título

Registo dos resumos dos ofícios recebidos

### > Data(s)

1884-1899

### > Nível de descrição

Série

### > Dimensão e suporte

Dimensão: 1 livro

Suporte: Papel [comum]

### > Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1884 e 1899, contendo o registo, sob a forma de resumo, dos ofícios recebidos pela Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, discriminando sequencialmente, a ordem numérica dos ofícios, as datas de envio, receção e resposta, bem como a localização do registo lançado, o remetente e o assunto.

### > Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica

### > Idioma(s) e escrita(s)

Português

### > Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

### > Notas

Série com tratamento arquivístico concluído [ao nível de unidade de instalação].

## SR 005 – REGISTO DE ARROLAMENTO DAS PESSOAS RESIDENTES

### > Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/SECR/005

### > Título

Registo de arrolamento das pessoas residentes

### > Data(s)

1837-1849

### > Nível de descrição

Série

### > Dimensão e suporte

Dimensão: 2 livros

Suporte: Papel (comum)

### > Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1837 e 1849, no âmbito da atividade da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, a quem competia, com o Regedor, de acordo com as leis regulamentares e ordem do Governo: promover a extinção da mendicidade, arrolar os que tinham direito a ser sustentados pela beneficência pública, e promover e solicitar os socorros de que careciam, segundo o Código Administrativo de 1842 (artigo 312, pontos 1, 2, 3). Esta preocupação já integrava o Código Administrativo de 1836, não sofrendo alterações nas codificações seguintes. Contém o registo de recenseamento das pessoas residentes e respetivos fogos, ordenado cronologicamente por ano de nascimento, com os fogos ordenados geotoponimicamente.

### > Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Geográfica; Numérica

### > Idioma(s) e escrita(s)

Português

### > Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

### > Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).

## SR 006 – REGISTO DE RECENSEAMENTO DE CRIANÇAS

### > Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/SECR/006

### > Título

Registo de recenseamento de crianças

### > Data(s)

1882-1884

### > Nível de descrição

Série

### > Dimensão e suporte

Dimensão: 2 livros

Suporte: Papel (comum)

### > Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1882 e 1884, no âmbito da atividade da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, a quem competia, em consequência da reforma e organização do ensino primário, previsto nas Leis de 2 de maio de 1878 e de 11 de junho de 1880, e confirmado pelo regulamento para a execução das leis sobre a instrução primária, de 28 de julho de 1881, a obrigação de realizar o recenseamento de crianças dos 6 aos 12 anos, em idade escolar, e enviar cópias à referente Câmara Municipal e a outras autoridades. Contém o registo de recenseamento de crianças em idade escolar.

### > Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica

### > Idioma(s) e escrita(s)

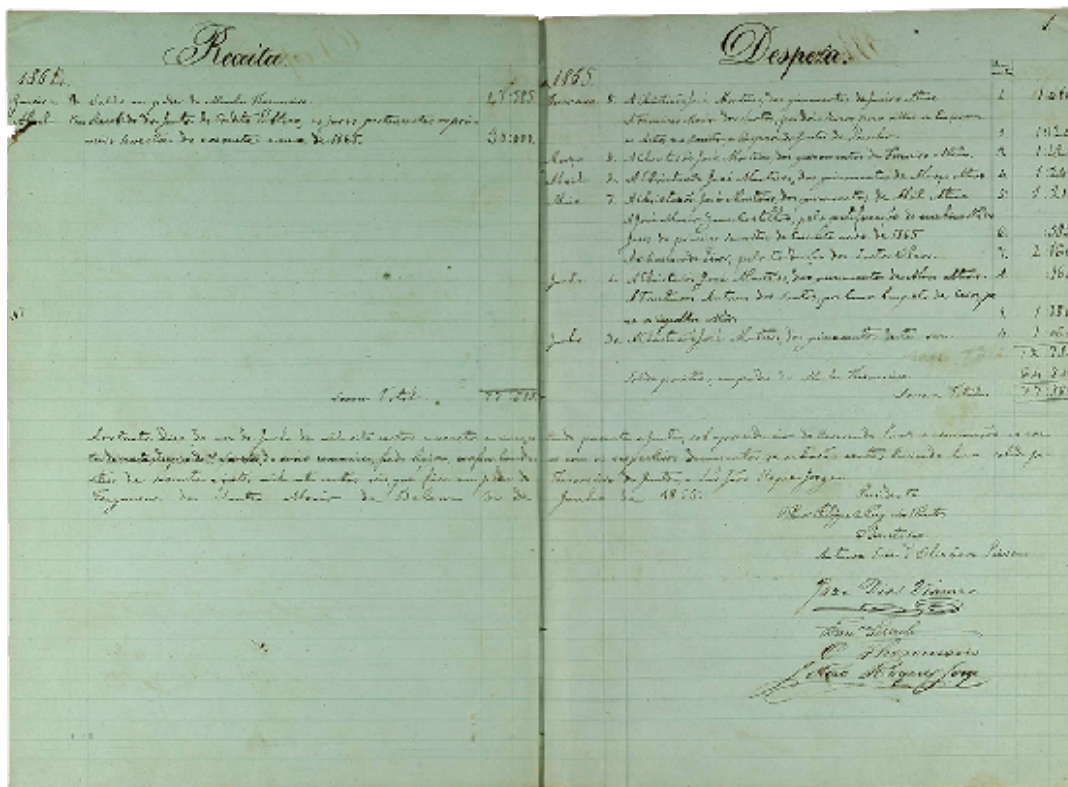
Português

### > Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

### > Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).

SC TESO – TESOURARIAPT/AMLSB/JPSMB/TESO/002/02  
Livro de contas de receita e despesa da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém

## &gt; Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/TESO

## &gt; Título

Tesouraria

## &gt; Data(s)

1837-1911

## &gt; Nível de descrição

Secção

## &gt; Dimensão e suporte

Dimensão: 1 caixa, 9 livros, 1 pasta  
Suporte: Papel (comum)

## &gt; Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1837 e 1911, no âmbito da atividade da Tesouraria e das competências do Tesoureiro da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém. Competia ao Tesoureiro: receber o dinheiro

proveniente dos rendimentos da Junta de Paróquia; efetuar todos os pagamentos e ordenados, assinados pelo Regedor da Paróquia; promover as despesas que seriam lançadas pelo Secretário, sendo o responsável pelo controlo das receitas e despesas. O Tesoureiro teria dois livros, um para receita e despesa, e outro para o inventário ou tombo de todos os bens, rendimentos certos ou incertos, pertencentes à Paróquia e à fábrica da igreja, de acordo com o Código Administrativo de 1836 (artigo 160, pontos 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11). À semelhança deste código, o Código Administrativo de 1878 (artigo 178, pontos 1, 2) previa a nomeação do Tesoureiro, de entre os seus vogais ou de fora deles. Nas paróquias em que houvesse tesoureiro eclesiástico, tal como referido no Código de 1836 e no Código de 1842, pertencia a este elaborar o inventário e a guarda dos vasos sagrados, ornamentos, alfaias, roupas e qualquer outro utensílio da fábrica da igreja, e tudo o que lhe seria entregue pela Junta, lavrando-se auto, cabendo ao Regedor assistir à inventariação dos bens paroquiais. Nas paróquias em que não houvesse tesoureiro eclesiástico, seriam os referidos objetos confiados, pelo mesmo modo, à guarda do Pároco. Contém séries referentes a: registos de caixa; contas de receitas e despesas; registo de orçamento; registo de receita e despesa; inventário.

> **Sistema de organização**

Organização: Funcional

Ordenação: Temática; Tipológica

> **Idioma(s) e escrita(s)**

Português

> **Caraterísticas físicas e requisitos técnicos**

Documentação em bom e razoável estado de conservação.

> **Notas**

Secção com tratamento arquivístico concluído.

## SR 001 – REGISTOS DE CAIXA

### > Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/TES0/001

### > Título

Registos de caixa

### > Data(s)

1880-1909

### > Nível de descrição

Série

### > Dimensão e suporte

Dimensão: 1 livro, 1 pasta

Suporte: Papel (comum)

### > Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1880 e 1909, contendo a informação referente aos juros, fornecimentos de bens e serviços, para cada ano económico, relativamente a contribuição paroquial, pagamentos a professores, fornecimento de velas.

### > Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica

### > Idioma(s) e escrita(s)

Português

### > Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

### > Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).



## SR 002 – CONTAS DE RECEITAS E DESPESAS

### > Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/TES0/002

### > Título

Contas de receitas e despesas

### > Data(s)

1855-1867

### > Nível de descrição

Série

### > Dimensão e suporte

Dimensão: 1 caixa, 1 livro

Suporte: Papel (comum)

### > Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1855 e 1867, contendo o registo relativo às contas de receita e despesa da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, demonstrando a relação de dependência com o Concelho de Belém.

### > Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica; Tipológica

### > Idioma(s) e escrita(s)

Português

### > Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom e razoável estado de conservação.

### > Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação e/ou documento).

## SR 003 – REGISTO DE ORÇAMENTO

### > Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/TES0/003

### > Título

Registo de orçamento

### > Data(s)

1884-1911

### > Nível de descrição

Série

### > Dimensão e suporte

Dimensão: 1 livro

Suporte: Papel (comum)

### > Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1884 e 1911, contendo o registo de orçamento geral da receita e despesa da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, estando dividida entre a receita ordinária do custeio das despesas de culto e de instrução primária.

### > Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica

### > Idioma(s) e escrita(s)

Português

### > Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

### > Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).

## SR 004 – REGISTO DE RECEITA E DESPESA

### > Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/TES0/004

### > Título

Registo de receita e despesa

### > Data(s)

1837-1886

### > Nível de descrição

Série

### > Dimensão e suporte

Dimensão: 4 livros

Suporte: Papel (comum)

### > Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1837 e 1886, contendo a informação relativa ao registo de receitas e despesas, incluindo datas, proveniências e numerários referentes à fábrica da igreja, nomeadamente: missas, velas, paramentos.

### > Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica

### > Idioma(s) e escrita(s)

Português

### > Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom estado de conservação.

### > Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).

## SR 005 – INVENTÁRIO

### > Código de referência

PT/AMLSB/JPSMB/TES0/005

### > Título

Inventário

### > Data(s)

1837-1875

### > Nível de descrição

Série

### > Dimensão e suporte

Dimensão: 2 livros

Suporte: Papel (comum)

### > Âmbito e conteúdo

Documentação produzida entre 1837 e 1875, no âmbito da atividade da Junta de Paróquia de Santa Maria de Belém, a quem competia a elaboração do inventário e a administração de todos os bens e rendimentos da fábrica da igreja. Contém o registo de inventário dos bens da fábrica da igreja, nomeadamente: paramentos, jóias, quadros, vasos sagrados, ornamentos, alfaias, roupas.

### > Sistema de organização

Organização: Funcional

Ordenação: Cronológica; Numérica

### > Idioma(s) e escrita(s)

Português

### > Características físicas e requisitos técnicos

Documentação em bom e razoável estado de conservação.

### > Notas

Série com tratamento arquivístico concluído (ao nível de unidade de instalação).

